



ATA N.º 63

Ao vigésimo quinto dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Fragoso, na sede deste órgão, tendo sido convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 14º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A Assembleia de Freguesia foi presidida pelo senhor Benjamim Cruz, Presidente da Mesa, coadjuvado pelos senhor.(a) Bruno Barbosa e Catarina Sá, Primeiro e Segunda secretária, respetivamente. Pelo Partido Socialista, estiveram presentes o senhor.(a) Jorge Ribeiro e a Clara Torres. Pela Coligação Barcelos Mais Futuro, estiveram presentes os senhores Paulo Magalhães, Hugo Pereira e André Pires. Pelo MPT partido da terra, esteve presente o senhor Hélder Queirós.

A representar a Junta de Freguesia, esteve presente o Sr. Rui Oliveira, Presidente, o Sr. José Batista, Tesoureiro e a Sra. Preciosa Branco, Secretária.

Todos os membros da Assembleia foram devidamente notificados para apreciarem a seguinte ordem de trabalhos:

1º: Período Antes da Ordem do Dia

2º: Ordem do Dia

2.1. Aprovação da ata (n.º62) da reunião anterior (24 de abril de 2026);

2.2. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta, bem como da situação financeira, prevista na alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

2.3. Aprovação da ata em minuta.

3º: Período Reservado à Intervenção do Público



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FRAGOSO

O Sr. Benjamim Cruz, Presidente da Mesa, começou por saudar todos os membros da Assembleia, bem como agradecer a presença de todo o público.

Em seguida, informou que se encontrava aberto o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos.

1º: Período Antes da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Assembleia começou por informar que recebeu as cartas de renúncia ao mandato do Sr. Fernando José da Cruz Oliveira e da Sra. Ana Catarina Neiva Barros. Uma vez que as referidas cartas apenas foram recebidas no próprio dia da Assembleia e não houve tempo para proceder à notificação formal do elemento seguinte da lista, o Sr. André Pires.

Nesse sentido, questionou o Sr. André Pires sobre a sua disponibilidade para ocupar o lugar na Assembleia de Freguesia.

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia, questionando os presentes sobre a intenção de intervir.

O Sr. Hugo Pereira pediu a palavra para propor à Assembleia um voto de louvor ao atleta José Dias, que se sagrou Campeão Nacional de Maratona BTT.

O Sr. Presidente da Assembleia submeteu a proposta de voto de louvor ao atleta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Pediu a palavra o Sr. André Pires.

Referiu que é a primeira vez que assume funções como membro da Assembleia de Freguesia e, nesse sentido, pretende deixar uma breve nota, afirmando que assume este lugar com um grande sentido de responsabilidade e com um compromisso claro perante os Fragosenses.

Salientou que os Fragosenses podem contar com o seu total empenho, rigor e respeito democrático, de forma a contribuir para o melhoramento dos trabalhos da Assembleia, sempre em prol do desenvolvimento de Fragoso.

De seguida, abordou a questão dos caminhos florestais e da falta de manutenção dos mesmos. Aproveitando o período antes da ordem do dia, recordou uma resposta dada nesta sala há exatamente dois meses, na última Assembleia, realizada em sessão ordinária no dia 24 de abril, e que ficou registada na Ata n.º 62.

Referiu que, na altura, quando foi colocada a questão relativa à responsabilidade e à necessidade de manutenção dos caminhos florestais da freguesia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia respondeu que a intervenção das máquinas da Câmara Municipal de Barcelos estaria prevista para breve, uma vez que estas se encontravam a terminar trabalhos noutra freguesia do concelho.

Contudo, salientou que já decorreram dois meses, que o verão começou e que o risco de incêndio aumenta a cada dia que passa, enquanto os caminhos se mantêm exatamente nas mesmas condições ou, em alguns casos, em condições ainda piores.

Perante esta situação, questionou diretamente o Executivo sobre para quando está agendada a referida intervenção e se tem existido uma pressão efetiva e contínua por parte da Junta de Freguesia junto da Câmara Municipal para garantir a limpeza dos caminhos.

Questionou ainda se existem alternativas à Câmara Municipal para assegurar esta intervenção, caso o Município continue a não dar resposta. Perguntou se a Junta de Freguesia dispõe de algum plano alternativo, nomeadamente através de meios próprios ou mediante contratação de serviços a nível local.

Questionou, por fim, se a freguesia ficará simplesmente a aguardar até à ocorrência de um incêndio, correndo o risco de os meios de socorro não conseguirem intervir de forma adequada devido à falta de acessos.

Salientou que estas questões não se dirigem apenas ao Executivo, pretendendo também conhecer a opinião dos restantes membros da Assembleia. Nesse sentido, questionou qual tem sido a reflexão dos membros da Assembleia relativamente ao estado do monte e à manutenção dos caminhos florestais.

Questionou ainda se os membros da Assembleia consideram que esta matéria não constitui uma área prioritária, sublinhando a importância da segurança florestal e da proteção das pessoas e dos seus bens.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que, relativamente à questão colocada pelo Sr. Hugo Pereira, informou que, no âmbito do Dia da Freguesia, será realizada uma homenagem ao Sr. José Dias, a qual já se encontra prevista no programa.

Relativamente à intervenção do Sr. André Pires, esclareceu que não é por falta de pressão junto das entidades competentes e informou que, ainda no dia anterior, tinha estado em contacto com o Sr. Comandante da Proteção Civil. Referiu que, em breve, deverão ter início os trabalhos de reparação dos caminhos.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, informando que também foi recebida uma comunicação do MPT dando conta de que a Sra. Sara não poderia estar presente e que o elemento seguinte da lista seria o Sr. Hélder Queirós.

Sugeriu, assim, que o Sr. Hélder Queirós tomasse o lugar da Sra. Sara, referindo que, apesar de poder chegar com alguns minutos de atraso, tal não causaria qualquer constrangimento.

Tomou a palavra o Sr. André Pires, recordando que, na última Assembleia, o Sr. Presidente da Junta tinha informado que iria agendar uma reunião com a Junta de Freguesia de Alvarães, tendo em vista a ligação de acesso à A28.

Questionou se essa reunião com a Junta de Freguesia de Alvarães chegou a realizar-se.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, informando que já estabeleceu contacto com a Sra. Secretária da Junta de Freguesia de Alvarães e que aguarda o agendamento da reunião.

Acrescentou que, na sua opinião, uma vez que está prevista a construção de uma rotunda em Alvarães, a ligação em causa representaria cerca de um quilómetro. Considera, por isso, que provavelmente as Câmaras Municipais de Barcelos e de Viana do Castelo poderão não demonstrar interesse na concretização dessa ligação.

Tomou novamente a palavra o Sr. André Pires, referindo que esta ligação está também relacionada com Barrocelas, uma vez que estaria prevista a criação de uma zona industrial, sendo a ideia estabelecer uma ligação entre as duas zonas industriais. Salientou que gostaria que fosse igualmente considerada a ligação à zona industrial de Fragoso.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, referindo que, entretanto, a situação já foi abordada com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e que irão aguardar, uma vez que se trata de uma decisão que não poderá ser tomada de um dia para o outro.

Tomou a palavra o Sr. Paulo Magalhães, referindo que, quando a Câmara Municipal intervém nos caminhos, são normalmente reparados apenas os caminhos principais, existindo outros caminhos que se encontram bastante danificados, seja pela circulação de motas, madeireiros ou tratores.

Questionou se não deveria ser exigida uma caução ou, pelo menos, se, após a realização dos trabalhos, os responsáveis pela utilização dos caminhos deveriam proceder à sua reposição, deixando-os, no mínimo, nas condições em que os encontraram.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, informando que teve lugar uma reunião entre os Presidentes das Juntas de Freguesia de Aldreu, Palme e Fragoso e o Sr. Vereador, na sequência de uma convocatória deste último, devido ao elevado número de reclamações existentes.

Explicou que o objetivo da reunião passava pela criação de um percurso específico por onde pudessem circular os buggy, ficando estabelecido que, caso estes veículos provocassem danos, a respetiva reparação seria da responsabilidade dos utilizadores.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia salientou que não faria sentido a Câmara Municipal deslocar maquinaria ao monte para reparar os caminhos e, posteriormente, os buggys e as motas voltarem a provocar danos nos mesmos.

O Sr. Paulo Magalhães considerou que a criação de uma caução seria uma solução adequada.

Tomou a palavra o Sr. José Batista, referindo que tal solução seria possível, mas que teria de ser previamente aprovada em Assembleia.

Tomou a palavra a Sra. Preciosa Branco, que pretendeu complementar a informação já prestada, considerando preocupante o estado em que ficam os terrenos por onde passam determinados veículos e o desgaste que provocam.

Salientou que, se não forem estabelecidas e implementadas regras, a situação dificilmente será resolvida. Considerou, por isso, que deveria ficar definido, naquela Assembleia, o modelo a adotar, de forma a permitir dar posteriormente seguimento ao processo.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FRAGOSO

Tomou a palavra o Sr. José Batista, acrescentando que todos os proprietários dos terrenos deveriam informar a Junta de Freguesia sempre que procedessem ao corte de madeira e identificar quem executaria esses trabalhos.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, referindo que, relativamente aos caminhos do monte, o Executivo deveria, eventualmente, procurar aconselhamento jurídico sobre a utilização dos mesmos.

Salientou que as pessoas que utilizam os caminhos para trabalhar têm, naturalmente, necessidade de os utilizar e que a sua degradação poderá resultar desse uso normal.

Tomou a palavra o Sr. Paulo Magalhães, referindo que, para além dos danos provocados pela circulação, são também deixados resíduos e folhagem nos caminhos.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, informando que, caso a Câmara Municipal não disponibilize maquinaria para intervir no monte, a Junta de Freguesia não dispõe de verba suficiente para proceder à reparação dos caminhos do monte, nomeadamente dos caminhos secundários.

Tomou a palavra o Sr. Hélder Queirós, questionando se já existe um percurso definido para a intervenção das máquinas, quais os caminhos considerados prioritários e durante quantos dias as máquinas permanecerão na freguesia.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, esclarecendo que a intervenção terá início na zona da Sá e seguirá até São Gonçalo, correspondendo ao caminho principal até à Avinhó.

O Sr. Hélder Queirós referiu que a Câmara Municipal poderá optar por realizar uma limpeza superficial dos caminhos, o que permitiria reduzir o tempo de intervenção, ou por efetuar uma intervenção mais profunda, que exigiria outros meios e recursos.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia informou que o Executivo se encontra atento a essa situação.

Tomou a palavra o Sr. Hugo Pereira, referindo-se ao terreno situado em frente ao Cemitério e ao protocolo de cedência que terá sido estabelecido entre a Comissão Fabriqueira da Igreja e a Junta de Freguesia.

Questionou em que consiste esse acordo e qual é a situação do terreno, nomeadamente se a Junta de Freguesia adquiriu o mesmo, se se trata apenas de uma cedência ou se a intervenção realizada correspondeu apenas a um arranjo urbanístico.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, esclarecendo que foi estabelecido um acordo entre a Junta de Freguesia e a Igreja, através do qual o Sr. Padre cedeu o terreno para utilização como parque de estacionamento, ficando a Junta responsável pela colocação de um tubna.

Informou ainda que a Câmara Municipal apenas assegurou o transporte do referido material, tendo os restantes encargos ficado a cargo da Junta de Freguesia.

Tomou a palavra a Sra. Preciosa Branco, esclarecendo que o objetivo da intervenção foi criar condições para a existência de um parque de estacionamento, melhorando toda a envolvente.

Tomou a palavra o Sr. Hélder Queirós, questionando se, entretanto, a Junta de Freguesia já tinha realizado despesas naquele espaço com base apenas num acordo verbal.

Tomou a palavra a Sra. Preciosa Branco, explicando que a Comissão Fabriqueira realizou várias reuniões com o Executivo da Junta de Freguesia e que o consenso entre as duas entidades foi no sentido de criar, para a freguesia e para todos os que a visitam, um espaço adequado para estacionamento e para a envolvente do espaço religioso.

Explicou que a Igreja cedeu o espaço, que continua a ser propriedade da mesma, enquanto a Junta de Freguesia colaborou naquilo que estava ao seu alcance, tendo inicialmente procedido à limpeza de toda a zona e à remoção da estufa.

Esclareceu, assim, que o proprietário do terreno continua a ser a Igreja, mas que o espaço se destina à utilização de todos os Fragosenses.

Tomou a palavra o Sr. Hélder Queirós, questionando por quanto tempo vigora o referido acordo e por que razão estes acordos verbais não são formalizados através de um documento.

Tomou a palavra a Sra. Preciosa Branco, explicando que os três elementos do Executivo estiveram presentes em três reuniões consecutivas com o Conselho Fiscal da Igreja. Referiu que foi lavrada uma ata pelo Conselho Fiscal, na qual ficou registado o acordo, por tempo indeterminado.

Tomou a palavra o Sr. André Pires, referindo que considera positiva a celebração deste tipo de acordos, mas defendeu que os mesmos deveriam ser sempre formalizados por escrito.

Considerou que a ata referida, por si só, poderá não ser suficiente e questionou durante quanto tempo o terreno estará efetivamente à Junta de Freguesia, uma vez que as pessoas que integram atualmente a Comissão Fabriqueira poderão ser substituídas e o acordo verbal poderá eventualmente ser terminado, apesar de a Junta de Freguesia já ter realizado um investimento naquele espaço.

Tomou a palavra a Sra. Preciosa Branco, esclarecendo que as atas da Comissão Fabriqueira são remetidas para a Cúria Diocesana, onde ficam arquivadas e são objeto de supervisão.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, referindo que a questão levantada pelo Sr. André Pires é pertinente e que a Junta de Freguesia realizou um trabalho de mérito.

Acrescentou que, conforme referido pela Sra. Preciosa Branco, existe efetivamente um documento que formaliza o acordo, ainda que este não tenha sido elaborado diretamente pela Junta de Freguesia.

Tomou a palavra o Sr. Hélder Queirós, questionando se, relativamente à bandeira que esteve presente nas festividades e que fazia publicidade à Junta de Freguesia, foi pago algum valor pela sua colocação.

Tomou a palavra a Sra. Preciosa Branco, explicando que, à semelhança do que acontece com outras comissões, a Junta de Freguesia, ao longo dos trabalhos da comissão, disponibiliza infraestruturas, materiais e funcionários em determinados momentos, apoiando igualmente os processos de candidatura.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FRAGOSO

Esclareceu que se trata de uma bandeira de mérito, em reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia em prol de todos os Fragosenses, pelo que a sua colocação não teve qualquer custo para a Junta.

Tomou a palavra o Sr. Hélder Queirós, questionando se a Junta de Freguesia ofereceu algum vitral para a Igreja.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, confirmando que a Junta ofereceu o referido vitral, acrescentando que o fez com todo o gosto.

2º: Ordem do Dia

2.1. Leitura e aprovação da ata (n.º60) da reunião anterior (10 de setembro de 2025);

Como tem sido hábito de não se proceder à leitura da Ata, uma vez que é disponibilizada a todos os membros da assembleia e publicada no sítio da Freguesia.

Passou-se à votação da mesma que teve o seguinte resultado: Cinco (5) votos a favor pelo partido socialista, dois (2) abstenções sendo 1 pela Coligação Barcelos Mais futuro e 1 pelo MPT Partido da Terra e dois (2) votos contra pela Coligação Barcelos Mais futuro. Aprovação por maioria.

2.2. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta, bem como a situação financeira, prevista na alínea e) do n.º2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que apresentou a informação financeira referente ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de maio de 2026.

Informou que a Junta de Freguesia iniciou o período com um saldo de 35.603,53€. Registou receitas orçamentais correntes no valor de 84.577,54€, receitas de capital no valor de 21.722,08€ e operações de tesouraria no valor de 2.091,40€, perfazendo um total de receitas de 143.545,05€. Relativamente às despesas, informou que foram registadas despesas correntes no valor de 71.928,78€ e despesas de capital no valor de 17.834,70€, totalizando 89.763,48€.

Assim, à data de 31 de maio de 2026, a Junta de Freguesia apresentava um saldo de 51.689,77€.

Tomou a palavra o Sr. André Pires, que, relativamente aos fluxos de caixa, começou por salientar que a contabilidade não é a sua área de especialidade, mas que teve oportunidade de analisar o documento enviado aos membros da Assembleia.

Referiu existe um significativo desequilíbrio entre os custos necessários para assegurar o funcionamento corrente da Junta e o investimento efetivamente realizado.

Salientou que, dos cerca de 72.000€ registados em despesas correntes, aproximadamente 37.000€ correspondem a despesas com pessoal e cerca de 24.000€ a aquisição de bens e serviços. Por outro lado, as despesas de capital representam cerca de 17.000€.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FRAGOSO

Questionou, assim, o motivo pelo qual, existindo uma disponibilidade financeira em caixa de cerca de 52.000€, superior à registada na gerência anterior, o investimento público na freguesia continua, na sua opinião, a ser reduzido. Questionou ainda o que terá falhado ao nível do planeamento para que exista um montante tão elevado de dinheiro em caixa.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, explicando que a Junta já recebeu os valores correspondentes a dois trimestres provenientes da Câmara Municipal, sendo que o próximo pagamento apenas deverá ocorrer em novembro. Referiu que é necessário assegurar a existência de disponibilidade financeira para garantir o normal funcionamento da Junta.

Relativamente aos cerca de 37.000€ de despesas com pessoal, esclareceu que este valor inclui vencimentos e despesas relacionadas com as mesas de voto. Quanto aos cerca de 24.000€ relativos à aquisição de bens e serviços, referiu que estes correspondem, entre outras despesas, a gasóleo, conservação, eletricidade, água e serviços de consultoria.

Relativamente às despesas de capital, mencionou, nomeadamente, intervenções no cemitério, aquisição e colocação de espelhos.

Tomou a palavra a Sra. Preciosa Branco, acrescentando que o cálculo apresentado tem em consideração obras que já se encontram adjudicadas. Esclareceu que o dinheiro atualmente existente em caixa tem previsão de ser utilizado em investimentos a curto prazo.

Considerou que o saldo existente é positivo, mas salientou que o mesmo será progressivamente utilizado à medida que forem concretizados os investimentos previstos.

Tomou novamente a palavra o Sr. André Pires, referindo que, relativamente à questão do pessoal, não discorda da necessidade da medida, uma vez que já havia sido aprovada, na Assembleia de dezembro, a abertura de um procedimento concursal para a contratação de mais um funcionário.

No entanto, questionou de que forma serão suportados os custos associados a essa contratação e de onde será retirado o respetivo valor. Referiu que, mesmo considerando o salário mínimo nacional, o custo mensal para a Junta poderá rondar os 1.600€ a 1.700€, tendo em conta os encargos associados.

Questionou, assim, de onde serão retirados os recursos financeiros necessários para suportar esse encargo adicional.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, respondendo que será necessário fazer uma gestão adequada dos recursos disponíveis.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, fazendo um aparte e questionando se, relativamente ao novo funcionário, a Junta já não suporta atualmente esse encargo.

Tomou a palavra a Sra. Preciosa Branco, referindo que se encontrava precisamente a preparar-se para responder a essa questão.

Tomou a palavra o Sr. André Pires, esclarecendo que poderá não se ter expressado corretamente. Explicou que a questão colocada se prende com a transição do atual contrato de trabalho para um contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Referiu acreditar que o contrato atualmente existente representa um custo inferior ao de um contrato por tempo indeterminado e questionou se teria sido possível aguardar por outra oportunidade, evitando a abertura imediata do procedimento concursal e integrando posteriormente o trabalhador no mapa de pessoal.

Salientou novamente que não é contra a contratação, mas considera que a alteração poderá acarretar custos adicionais para a freguesia e questionou se existiria outra solução que permitisse evitar ou minimizar esse aumento de custos.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, referindo que existem custos associados, mas que a freguesia também terá benefícios com a medida, nomeadamente por dispor de uma Junta de Freguesia aberta a tempo inteiro.

Tomou a palavra o Sr. André Pires, referindo que compreende que se trata de uma questão que exige cálculos mais detalhados para que possa ser dada uma resposta concreta no momento, mas considera que a matéria deverá ficar para reflexão.

Tomou a palavra o Sr. Paulo Magalhães, questionando se as transferências no valor aproximado de 82.000€ seriam provenientes da Câmara Municipal e se corresponderiam aos dois trimestres.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, esclarecendo que o valor recebido corresponde, efetivamente, aos seis meses anteriores, de janeiro a junho, sendo que o próximo pagamento deverá ocorrer em novembro.

Referiu ainda que existe alguma confusão relativamente ao regime destas transferências, situação que se verifica ao nível das várias Juntas de Freguesia, tendo o Executivo solicitado um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Tomou novamente a palavra a Sra. Preciosa Branco, para retomar a questão anteriormente colocada relativamente ao procedimento concursal para a contratação do funcionário.

Esclareceu que a alteração de regime não representa um aumento dos custos mensais, uma vez que o valor a pagar se mantém igual ao atualmente suportado. Referiu que apenas existem custos associados ao próprio processo concursal, sendo que, em termos mensais, o encargo se mantém, ocorrendo apenas a alteração do regime contratual para contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Tomou a palavra o Sr. Hélder Queirós, questionando quando termina o atual contrato da funcionária.

Tomou a palavra a Sra. Preciosa Branco, informando que o atual contrato termina em janeiro de 2027.

Tomou a palavra o Sr. Hélder Queirós, questionando se, desta forma, a Junta não estará a antecipar a contratação em cerca de seis meses. Referiu ainda que o procedimento já foi publicado em Diário da República e que já se encontram a decorrer os respetivos prazos de candidatura, questionando se não seria possível realizar o procedimento apenas no final do ano.

Tomou a palavra a Sra. Preciosa Branca, esclarecendo que tal não seria aconselhável devido aos prazos necessários para cumprir todo o procedimento. Explicou que a vaga poderá permanecer



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FRAGOSO

por preencher durante algum tempo, enquanto os trabalhos da Junta terão de continuar a ser assegurados.

Concluiu referindo que não existe um custo acrescido decorrente da antecipação ou do adiamento do procedimento, desde que a vaga seja preenchida no momento adequado.

2.3. Aprovação da ata em minuta.

Lida a ata em minuta pelo Primeiro Secretário, foi submetida pelo presidente da mesa a votação, sendo aprovada por unanimidade, com nove (9) votos a favor.

3º: Período Reservado à Intervenção do Público

Aberto o espaço à intervenção ao público, inscreveram-se como intervenientes os Senhores

1. Augusto Queirós, residente na Rua de S. Pedro n.º 434 - Fragoso

Assuntos: Diversos

Inicia a sua intervenção saudando todos os presentes.

Relativamente aos caminhos do monte, refere que estes são públicos, conforme já foi referido.

Considera que a deterioração dos caminhos não foi provocada pelos madeireiros, uma vez que estes se encontram a trabalhar, mas também pelas pessoas que frequentam o monte para passear e desfrutar da natureza.

Salienta que o principal problema se prende com o encaminhamento inadequado das águas, que percorrem vários metros e acabam por provocar a degradação dos caminhos. Considera, por isso, que a deterioração não resulta do movimento existente no monte, que entende ser normal.

Relativamente à questão da caução, refere que os madeireiros trabalham atualmente de forma muito diferente daquela que se verificava há alguns anos, dispondo de maquinaria capaz de circular em praticamente qualquer local.

Aborda ainda a questão da sinalização rodoviária em Fragoso, que considera estar em muito mau estado, salientando a necessidade de salvaguardar e melhorar um conjunto de situações que considera importantes. Refere que existem locais onde não é claro quem tem prioridade de passagem.

Quanto à sinalização dos trilhos, questiona se a Junta de Freguesia terá alguma responsabilidade nesta matéria. Refere que foram colocados, no monte de Fragoso e no monte de Aldreu, sinais de identificação de trilhos, alguns dos quais, na sua opinião, se encontram completamente fora do local onde deveriam estar, nomeadamente em propriedades privadas e em caminhos que nunca foram caminhos ou atalhos. Questiona, por isso, quem autorizou a colocação dessa sinalização.

Alerta ainda para a vedação existente em São João, na zona onde se encontra o corrimão de madeira, considerando que esta representa um perigo, referindo inclusivamente que já terá ocorrido uma queda no local. Questiona, por fim, a quem compete a responsabilidade pela colocação daquela estrutura.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia relativamente à sinalização dos trilhos, refere que já foram identificadas algumas situações e que a Junta de Freguesia alertou a Câmara Municipal para o facto de não poderem ser colocados sinais sem o cumprimento das respetivas regras e regulamentos.

Dá como exemplo a saída da Casa Mortuária, relativamente à qual já foi solicitada a colocação de um sinal de STOP, aguardando-se a sua instalação.

Refere ainda que, em Aldreu, a Câmara Municipal já iniciou a substituição da sinalização e a revisão dos locais que necessitam de intervenção e de reforço da sinalização.

Quanto à questão do encaminhamento das águas no monte, considera que a situação é relativa, uma vez que, durante o inverno, o volume de água é elevado e esta acaba por passar por vários locais. Concorde, contudo, com a possibilidade de serem criadas travessias em determinados pontos, ressalvando que, quando o caudal é muito elevado, a água poderá acabar por passar por cima dessas estruturas.

Sra. Preciosa Branco complementa a resposta do Presidente relativamente à sinalética.

Refere que, no dia 13 de janeiro, foi realizado um levantamento de todos os sinais que se encontram degradados. Na sequência desse levantamento, foi remetido, por correio eletrónico, um ofício ao Departamento de Mobilidade da Câmara Municipal.

Informa que, relativamente ao acompanhamento deste processo, já foram efetuadas várias diligências, tendo sido remetidos, até ao momento, quatro ofícios sobre esta matéria. A informação transmitida pela Câmara Municipal é de que não dispõe, atualmente, de sinais de trânsito em quantidade suficiente para proceder à respetiva substituição.

Refere ainda que foi apresentada em Assembleia uma sugestão relativa à sinalização da saída dos Bombeiros e ao projeto existente junto à escola, relacionado com a segurança rodoviária de quem frequenta aquele espaço escolar.

Esclarece que estas intervenções são da responsabilidade do Departamento de Mobilidade da Câmara Municipal, tendo a Junta de Freguesia recebido como resposta que, neste momento, não existe capacidade para proceder à substituição da sinalização.

Salienta, contudo, que esta situação não resulta de falta de insistência por parte da Junta de Freguesia, que tem procurado acompanhar e dar continuidade ao processo.

Refere ainda que, nesse âmbito, foi iniciado um trabalho da sua responsabilidade, enquanto Secretária da Junta de Freguesia, que consistiu no levantamento de todos os números de porta existentes na freguesia. Explica que este levantamento ainda não tinha sido realizado e que foram identificados vários erros relacionados com a toponímia da freguesia.

Informa que, após a conclusão deste levantamento, os erros identificados poderão ser corrigidos, tendo o respetivo processo já sido remetido à Câmara Municipal para análise e correção.

2. Paulo Pereira, residente na Rua da Ponte, n.º 701 - Fragoso

Assuntos: Caminhos do Monte e Saneamento

O primeiro assunto que aborda prende-se com o mapa de saneamento. Refere que, nas últimas Assembleias, tem vindo a questionar a publicação deste mapa, considerando que deveria ser disponibilizado publicamente para que os cidadãos pudessem verificar se as suas habitações estão abrangidas pela rede de saneamento.

Salienta que o mapa disponibilizado no sítio da Internet da Junta de Freguesia apresenta problemas quando é consultado, uma vez que o documento dá erro, não permite ampliar a imagem e não possibilita uma correta visualização da informação.

Sugere, por isso, que o mapa seja disponibilizado nas instalações da Junta de Freguesia, num local onde possa ser consultado pelos interessados.

Relativamente aos caminhos do monte, refere que este é um assunto que tem sido abordado em várias Assembleias ao longo dos últimos anos e considera que a discussão deveria ser direcionada para outras soluções.

Questiona a pertinência da criação da caução para os caminhos do monte pela mesma lógica deveriam ser criadas cauções para os camiões de transporte areia e para os agricultores que, em determinados caminhos e períodos do ano, também poderão provocar danos.

Considera que existe legislação aplicável e que quem danifica um bem público deve assumir a responsabilidade pela sua reposição. Reconhece, contudo, que é difícil assegurar uma fiscalização permanente do monte.

Defende, por isso, que, sempre que seja detetado um dano, deverá ser identificado o responsável e, posteriormente, imputada a responsabilidade pela reparação dos prejuízos causados. Conclui afirmando que, na sua opinião, a criação de uma caução não faz sentido.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia relativamente aos mapas de saneamento, informa que, em breve, a Junta de Freguesia irá disponibilizar a informação noutro formato, de modo a permitir uma melhor visualização e consulta por parte dos interessados.

Antes do encerramento da sessão, o Executivo da Junta de Freguesia lança o convite a todos os presentes para participarem nas atividades do Dia da Freguesia.

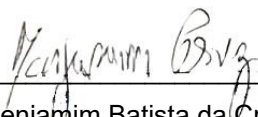


ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FRAGOSO

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, às 22h:15m, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu próprio e Bruno Barbosa e Catarina Sá, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, subscrevem:

Fragoso, 25 de junho do ano de dois mil e vinte e seis.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente: 
(Benjamim Batista da Cruz)

1.º Secretário: 
(Bruno Miguel Neiva Barbosa)

2.º Secretária: 
(Catarina Sofia Martins de Sá)